



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 28ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810242

Processo nº **0034214-19.2019.8.17.2001**

AUTOR: SOLANGE SOARES DA PAIXAO

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

DESPACHO

R.H.

Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC.

Cuidam os autos de Ação de Cobrança cujo objeto é o seguro obrigatório DPVAT. Em feitos como esse, não se justifica a realização da audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPC, tendo em vista que a seguradora demandada, não celebra acordo, caso não haja perícia realizada no Autor por designação do juízo competente.

Por conseguinte, em homenagem aos Princípios da Celeridade e Economia Processual, resolvo designar audiência para realização de perícia para o dia **10/07/2019 às 11:50 h**, oportunidade em que a ré será citada para comparecer, contando-se daí o prazo de 15 dias para querendo ofertar defesa aos termos da demanda, nos termos do inciso I, do art. 335 do NCPC, sob pena de revelia.

Nomeio como perita do Juízo, a Dra. Priscila Costa Lima Lemke, CRM/PE 19.388, com endereço constante na secretaria deste Juízo, para que proceda com a perícia na parte autora.

Arbitro os honorários da perita em R\$ 300,00 (trezentos reais), os quais deverão ser adiantados pela parte ré e depositados em Juízo, no prazo de 15(quinze) dias, contados da perícia realizada.



Intimem-se

Recife, 7 de junho de 2019.



TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRESIDIDA PELA EXMA. SR^a. DR^a. ADRIANA CINTRA COELHO, M.M JUIZA DE DIREITO DA 28^a VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE – AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT - PROC Nº 0034214-19.2019.8.17.2001

Autor: Solange Soares da Paixão

Adv. Autor: Renatha Catharina Cavalcanti e Silva – OAB/PE nº 22.362

Réu: Cia Excelsior de Seguros

Representante: -

Advogado: -

Data: 10 de julho de 2019

Hora: 11:50 horas

Local: Fórum do Rodolfo Aureliano, Av. Des. Guerra Barreto, s/n, Ilha Joana Bezerra Recife/PE, CEP: 50090-700.

Presente a autora, acompanhada de advogada. Ausente a ré.

ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão e cumpridas as formalidades de estilo, verificou-se a impossibilidade acordo, face a ausência da parte demandada.

Em sucessivo, realizada perícia na autora, nesta oportunidade, foi dada vista à autora, havendo concordância expressa.

Por outro lado, considerando que a parte demandada sequer foi citada para a presente audiência, cite-se a demandada para ofertar defesa no prazo legal, com as advertências do art. 344 do CPC, oportunidade em que deverá se manifestar sobre o laudo.

Intime-se a Demandada para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar os honorários periciais, sob pena de bloqueio online.

Depositados os honorários, expeça-se alvará em favor da perita.

Com a contestação, intime-se para réplica no prazo legal.

Após, venham-me conclusos para sentença.



Como nada mais houve a tratar nem foi perguntado, determinou a M.M juíza o encerramento do presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Felipe Pontual Dubeux (Analista Judiciário), digitei e subscrevi.

ADRIANA CINTRA COÊLHO

Juíza de Direito

Autora:

Advogada da Autora:

Perita:





Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRESIDIDA PELA EXMA. SRª. DRª. ADRIANA CINTRA COELHO, M.M JUIZA DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE – AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT - PROC Nº 0034214-19.2019.8.17.2001

Autor: Solange Soares da Paixão

Adv. Autor: Renatha Catharina Cavalcanti e Silva – OAB/PE nº 22.362

Réu: Cia Excelsior de Seguros

Representante: -

Advogado: -

Data: 10 de julho de 2019

Hora: 11:50 horas

Local: Fórum do Rodolfo Aureliano, Av. Des. Guerra Barreto, s/n, Ilha Joana Bezerra Recife/PE, CEP: 50090-700.

Presente a autora, acompanhada de advogada. Ausente a ré.

ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão e cumpridas as formalidades de estilo, verificou-se a impossibilidade acordo, face a ausência da parte demandada.

Em sucessivo, realizada perícia na autora, nesta oportunidade, foi dada vista à autora, havendo concordância expressa.

Por outro lado, considerando que a parte demandada sequer foi citada para a presente audiência, cite-se a demandada para ofertar defesa no prazo legal, com as advertências do art. 344 do CPC, oportunidade em que deverá se manifestar sobre o laudo.


Intime-se a Demandada para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar os honorários periciais, sob pena de bloqueio online.

Depositados os honorários, expeça-se alvará em favor da perita.

Com a contestação, intime-se para réplica no prazo legal.

Após, venham-me conclusos para sentença.

Como nada mais houve a tratar nem foi perguntado, determinou a M.M juíza o encerramento do presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Felipe Pontual Dubeux (Analista Judiciário), digitei e subscrevi.


Autora:


ADRIANA CINTRA COELHO
Juíza de Direito

Advogada da Autora:


RENATHA CAVALCANTI
ADVOGADA | OAB/PE 22362

Perita:


Dra. Priscila Lente
Médica
CRM 19883

1



Nº do Processo: 34284-19.2019.8.11.2001

Nome completo: Solange Soares da Paixão

CPF: 020324194-08.

Vara: 28-A

Endereço completo:

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local do acidente:

Jaboatão dos Guararapes-PE

Data do Acidente: 04/04/2018

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Simb) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

PE esquerdo
Quadril esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura do 3º dedo do pé esquerdo + múltiplas fraturas em dedos do pé E + fratura do acetábulo em quadril E.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Simb) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporáriasb) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Dor e leve limitação do movimento em 3º, 4º e 5º dedos do pé E + dor e redução da força + limitação da amplitude do movimento em quadril esquerdo.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____b) ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima.b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima.

INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 5.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento

Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

pe ngundo

☒

10% Residual

25% Leve

☐
☐

50% Média

75% Intensa

☐

2ª Lesão

Quadril E

☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

50% Média

75% Intensa

☒

3ª Lesão

☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

50% Média

75% Intensa

☐

4ª Lesão

☐

10% Residual

25% Leve

☐
☐

50% Média

75% Intensa

☐

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

☐

Data da realização do exame médico legal:

10/07/2019

Dra. Priscila Leite
Médica
CRM 19883

Espaço para assinatura do médico legista perito

Informações Complementares

